



Pesquisadores questionam testes sobre “pílula do câncer”

Pedro Franco/Agência Senado



Representante do Instituto Butantan apresenta na audiência dados de pesquisas clínicas sobre fosfoetanolamina sintética

Cientistas que trabalham com a fosfoetanolamina sintética criticaram metodologia usada nas análises do governo, que não comprovaram eficácia da substância

Em debate ontem no Senado, pesquisadores e representantes do governo divergiram sobre o processo de desenvolvimento da chamada pílula do câncer. Especialista do Ministério da Saúde recomendou que os doentes não usem o medicamento até que todas as etapas da pesquisa

estejam concluídas, enquanto o cientista que desenvolveu as pílulas de fosfoetanolamina garantiu a eficácia da droga. Na opinião de coordenadora do Instituto Nacional de Câncer, é preciso aguardar a liberação pela Anvisa, mas todos devem se unir para trabalhar em conjunto no desenvolvimento do remédio. **8**

Pagamento de precatórios segue em discussão **3**

Texto fixa regras para organização das Olimpíadas **7**

Senado avaliará política contra desmatamento **6**

Parlamentares querem reduzir número de presas **3**

Vai à Câmara fim de taxa extra para aluno deficiente **8**

Avança projeto que estimula o agroextrativismo

Proposta aprovada ontem na Comissão de Meio Ambiente inclui na legislação medidas para incentivar a combinação de atividades extrativistas com os cultivos agrícolas e a criação de animais. O agroextrativismo é considerado uma estratégia para diversificar a produção e gerar renda nas propriedades, sem a destruição do meio ambiente. O texto segue agora para a Comissão de Desenvolvimento Regional. **6**

Juristas analisam proposta de lei da desburocratização

A Comissão de Juristas da Desburocratização começou a analisar ontem a primeira versão de uma proposta para descomplicar procedimentos e tornar a administração pública mais eficiente. Entre as novidades sugeridas no texto, estão o fim da exigência de reconhecimento de firma e a unificação de bancos de dados para evitar que o cidadão apresente documentos que os órgãos públicos já tenham. **2**

Jonas Pereira/Agência Senado



Jucá (D) faz pronunciamento no Plenário, observado por Renan (2º à esq.)

Ideia de eleições antecipadas neste ano divide senadores

A proposta de antecipar eleições gerais recebeu apoios e críticas. Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, as eleições não poderiam ser

só presidenciais. Cristovam Buarque disse que o país não aguenta mais Dilma e Temer. Para Humberto Costa, a ideia não tem respaldo legal. **4 e 5**

Concorrência no setor de energia residencial passa em comissão

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto que prevê a concorrência na comercialização de energia também para os clientes de

baixa tensão, como residências e prédios comerciais. Proposta será analisada em decisão final pela Comissão de Infraestrutura. **7**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Texto aprovado ontem permite diferenciar tarifas por horário de consumo

Juizes pedem Procuradoria em acordos de leniência

Em audiência sobre a MP 703/2015, representantes dos juizes e dos procuradores da República disseram que a medida provisória precisa prever a participação obrigatória do Ministério

Público nos acordos de leniência assinados por empresas acusadas de atos ilícitos nas relações com o poder público, sob o risco de tais acordos serem depois anulados pela Justiça. **3**

Sessão vai lembrar centenário de Miguel Arraes **2**

Residência na educação básica é aprovada **8**

Plenário votará crédito para São Bernardo **7**

Pedro Franco/Agência Senado



O deputado Paulo Teixeira e o senador Benedito de Lira (ambos no centro) participam do debate sobre acordo de leniência

Juristas apresentam projeto contra desburocratização

Primeira versão do Estatuto da Eficiência unifica banco de dados para evitar que cidadão apresente documentos que a administração pública já tenha e elimina a exigência de reconhecimento de firma

UMA PRIMEIRA VERSÃO do projeto da Lei Geral da Desburocratização foi apresentada ontem na reunião da Comissão de Juristas da Desburocratização. Elaborada pelo jurista Otavio Luiz Rodrigues Junior, a proposta recebeu sugestões dos colegas, que analisaram a estrutura. A versão será avaliada agora por cada jurista e, na próxima reunião, eles deverão discutir cada artigo do texto.

Segundo o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Mauro Campbell que preside a comissão, a futura lei, apelidada de Estatuto da Eficiência, deverá traçar sanções para que a administração pública a cumpra rigorosamente. Campbell ressaltou que a lei deverá instaurar a unificação de dados entre os órgãos públicos em todos os níveis.

— O primordial é que os bancos de dados das administrações públicas federal, estaduais e municipais se interliguem para que o cidadão ou empresário, ao chegar ao balcão de um órgão público, não precise apresentar aquele rol de documentos, já que todos os dados que a administração pública cobra dele, ela detém no banco de dados. É um grande avanço — afirmou.

Relator da comissão, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli, disse que alguns temas na área tributária já foram decididos, como a uniformização do número de inscrição das pessoas jurídicas. Para ele, o Estatuto da Eficiência atenderá uma demanda antiga da sociedade por acesso mais fácil aos serviços públicos.

Estariam submetidos à lei órgãos públicos, autarquias e agentes em colaboração com a administração pública: de motoristas de táxi e empresas de ônibus a órgãos administrativos dos entes da Federação.

Identificação

O projeto contém o princípio da presunção de boa-fé do administrado e, por isso, segundo o autor, inverte a prioridade. Ao invés de criar obrigações, cria proibições para o administrador. Por exemplo, veda a exigência de apresentação de certidões que constem nos bancos de dados de entes públicos. Outra proibição seria exigir autenticação de documentos ou reconhecimento de firma para exercício de direitos ou celebração de contratos, a não ser se houver dúvida fundada quanto à existência

ou idoneidade.

A proposta trata ainda da identificação do administrador, ou seja, de evitar a “prova quase diabólica de que ele é ele mesmo”, como disse o jurista. A intenção é acabar com exigências como não aceitar carteira de identidade com mais de dez anos. A ideia é de que sejam equivalentes para a comprovação da identidade civil, o registro geral, a carteira de habilitação e o passaporte.

Um capítulo da lei será destinado à unificação dos bancos de dados. Segundo a proposta, todas as informações de caráter pessoal, tributário e administrativo deverão estar em um banco de dados único.

As boas práticas da eliminação das exigências burocráticas são outro capítulo do projeto, que prevê pesquisa periódica para avaliar a desburocratização das instituições públicas.

As sanções estarão contidas na lei e, segundo Rodrigues Junior, a inovação é de que haverá sanções específicas para entes privados, diferentes das sanções para órgãos públicos. O projeto também sugere a criação de cadastro de violação de direitos para que se saibam quais instituições não estão cumprindo a lei.

Amorim acusa governo de Sergipe de provocar rombo financeiro

Sergipe está com as contas públicas no fundo do poço, disse Eduardo Amorim (PSC-SE). Para ele, o governo gasta demais. O governo de Jackson Barreto, disse, multiplicou a dívida pública, que em 2008 era de R\$ 829 milhões e hoje está em R\$ 6 bilhões.



anúncio do governo do estado de vender o banco estadual, a empresa de gás e a companhia de saneamento para cobrir os rombos.

O senador criticou o

— Este governo foi o causador do rombo financeiro no estado. Estamos vivendo o pior governo da história de Sergipe.

Abertas inscrições para 10 cursos a distância oferecidos ao Legislativo

As inscrições de dez cursos com tutoria oferecidos pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) já estão abertas e vão até 24 de abril. Cada curso tem 120 vagas, destinadas a servidores dos Legislativos federal, estaduais e municipais.

Dois deles, de Capacitação em Modelagem de Processo e Organização de Gabinete Parlamentar, serão oferecidos exclusivamente a servidores do Senado. A intenção é que

cada gabinete indique um aluno para compor a turma deste último.

Todos os cursos terão início em 2 de maio, com término previsto para 10 de junho.

A programação dos cursos do ILB inclui fóruns temáticos e duas avaliações. Mais informações podem ser fornecidas pelo e-mail ilbead@senado.leg.br.

Veja os cursos oferecidos: <http://saberes.senado.leg.br>

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CI Biocombustíveis**
8h30 O PLS 388/2009, que define critérios socioambientais para a produção dos biocombustíveis, é um dos projetos em pauta.
- CAS Médicos peritos**
9h A comissão analisa, entre outros, o PLS 120/2014, que estabelece a jornada de trabalho dos médicos peritos do INSS.
- CDR Saneamento**
9h Após reunião deliberativa, a comissão lança publicação sobre avaliação do Plano Nacional de Saneamento Básico, política pública analisada pelo colegiado em 2015.
- MP 703/2015 Acordos de leniência**
10h Audiência pública interativa avalia a medida provisória, que trata de acordos de leniência. Entre os convidados, representantes da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União.
- CCI Doações a candidatos**
10h Na pauta, entre outros, o PLS 663/2015, que proíbe, por período determinado, doações a candidatos e partidos por servidores ocupantes de cargo em comissão.
- CE Dirigentes de universidades**
11h Audiência interativa para debater o PLS 379/2013, sobre a escolha de dirigentes das instituições de ensino superior.
- PRESIDÊNCIA Municípios**
11h Renan Calheiros recebe o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade. Às 12h, recebe integrantes da Confederação Nacional de Municípios. Às 16h, ordem do dia.
- CDH Adoção**
11h30 O PLS 531/2013, que facilita o processo de adoção, é um dos itens da pauta.
- MP 701 Crédito à exportação**
14h Audiência interativa para discutir a MP 701/2015, sobre o Seguro de Crédito à Exportação. Entre os convidados, representante do Ministério do Desenvolvimento.
- MUDANÇAS CLIMÁTICAS Plano**
14h Avaliação do plano de trabalho de 2016.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h A pauta está trancada por três medidas provisórias.
- AGENDA BRASIL Reciclagem**
14h30 A comissão avalia o PLS 187/2012, que permite deduzir do IR doações a projetos de reciclagem, e outros sete projetos.
- MP 712 Aedes aegypti**
14h30 Audiência pública interativa para debater a MP, que trata de medidas de vigilância contra o mosquito.
- CPI DO FUTEBOL Reunião**
14h45 A CPI analisa requerimentos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



A Comissão de Juristas da Desburocratização vai discutir, na próxima reunião, cada um dos artigos da proposta inicial

Senado homenageará centenário de Miguel Arraes

O Senado vai fazer uma sessão especial para homenagear o centenário de nascimento de Miguel Arraes. O requerimento para a homenagem, da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), foi aprovado ontem em Plenário. A sessão especial está prevista para o dia 5 de dezembro.

Arraes nasceu em Araripe, no Ceará, em 15 de dezembro

de 1916. A carreira política, porém, foi construída em Pernambuco. Foi secretário de estado, deputado estadual, deputado federal e governador.

Perseguido pelo regime militar, exilou-se na Argélia entre as décadas de 60 e 70. De volta ao Brasil, em 1979, retomou a política e foi eleito mais uma vez governador e deputado federal. Entrou no

PSB em 1990 e morreu em 2005, vítima de infecção generalizada.

Universidade

O Plenário também aprovou a realização de uma sessão especial, em 4 de julho, em homenagem aos 70 anos da Universidade Federal da Bahia. O requerimento também é de Lídice da Mata.

Juízes defendem que Ministério Público atue em acordos de leniência

Em audiência sobre MP que trata do tema, debatedores argumentaram que acordos podem acabar sendo anulados por decisões judiciais

A MEDIDA PROVISÓRIA que acelera os acordos de leniência com empresas envolvidas em atos ilícitos nas relações com a administração pública foi questionada por expositores na audiência pública da comissão mista que analisa a MP 703/2015. A ausência de previsão de participação obrigatória do Ministério Público na negociação dos acordos foi um dos pontos criticados.

A diretora jurídica da Associação Nacional dos Procuradores da República, Samantha Dobrowolski, alertou para o fato de que, sem o Ministério Público, os acordos podem ser alvo de ações judiciais e cancelados. Ela frisou que a participação é necessária em razão da regra constitucional que deu ao órgão o papel de fiscal da lei e guardião dos princípios da gestão pública.

— A defesa do patrimônio público, do erário e da moralidade administrativa cabe a todas as autoridades e agentes públicos. É norma constitucional. Mas esse papel, de forma qualificada, cabe ao Ministério Público.

Empregos

Com a MP 703/2015, o governo facilitou acordos com empresas investigadas em casos de corrupção, sob o argumento de preservá-las e salvar empregos. Ao firmar os acordos, elas se comprometem a revelar ilícitos praticados, inclusive por outros agentes. Em troca, podem ser beneficiadas com redução de penali-



Participam do debate advogado Rafael Valim, juiz Alexandre de Oliveira, senador Benedito, procuradora Samantha Dobrowolski e sindicalista Cláudio Gomes

dades administrativas e até a isenção da multa.

O juiz Alexandre Vidigal de Oliveira, que representou a Associação dos Juizes Federais do Brasil, também disse ser preciso atribuir ao Ministério Público o papel de principal interlocutor nas negociações dos acordos. Ele criticou o “papel de coitadinhas” que tem sido lançado sobre as empresas envolvidas em corrupção, que depois reclamam de dificuldades financeiras.

— É um equívoco que tem de ser abolido na sua raiz, na medida em que todo ato de corrupção gera benefícios e que, por sua vez, eles serão revertidos a seus acionistas ou sócios — salientou.

O magistrado criticou, contudo, a manutenção de impedimentos para que, fechados acordos de leniência, essas empresas voltem a fechar contratos de serviços com o setor público ou obter financiamentos de bancos oficiais. Observou que as consequências não devem ser o “sufocamento” quando as empresas precisam de “oxigênio” para se

recuperar, inclusive para indenizar o erário pelos prejuízos causados.

A presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas da União, Lucieni Pereira, ressaltou que os acordos de leniência são antes de tudo instrumentos de investigação, para facilitar o desvelamento de esquemas ilícitos. Como não se trata de mecanismo de “salvação de empresas”, ele defendeu que a regulamentação seja feita com base em contexto de colaboração com as investigações.

— Se a empresa não tem nada a acrescentar às investigações, então é preciso ter outro instrumento que não o acordo de leniência para salvá-la, e aí dizer claramente para a sociedade que temos esse instrumento.

Órgãos de controle

Lucieni questionou o fato de a MP atribuir o papel de negociar e celebrar os acordos por meio dos órgãos de controle interno. No caso do Executivo federal, será da Controladoria-Geral

da União. A seu ver, lei federal atribui apenas à advocacia pública — na esfera federal, a Advocacia-Geral da União — celebrar acordo em nome dos entes federativos. Esse é outro flanco para a judicialização dos acordos, avaliou:

— Chamo a atenção da CNI [Confederação Nacional da Indústria] e outras instituições que defendem os interesses das empresas: elas estão hoje num caminho de insegurança imensa. Elas vão abrir o jogo, mas não vão contar com segurança jurídica nenhuma.

O advogado Leonardo Borges, que representou a CNI, reconheceu que a questão da segurança jurídica é um requisito para que a legislação tenha êxito. Ele lembrou que a Lei Anticorrupção, sobre a qual incidem as mudanças sugeridas pela MP, entrou em vigor em 2014, mas nenhum acordo de leniência foi fechado desde então.

Cláudio da Silva Gomes, diretor-executivo da Central Única dos Trabalhadores (CUT), afirmou que a nova legislação é de interesse da classe traba-

lhadora. Observou que muitas das empresas que podem se interessar por acordos são da área de engenharia, em situação financeira complicada desde a Operação Lava Jato. Como exemplo, citou o Comperj, no Rio, empreendimento que chegou a ter 40 mil trabalhadores, restando agora 1,5 mil.

Texto original

A audiência foi dirigida pelo senador Benedito de Lira (PP-AL), presidente da comissão. O relator da MP 703, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), adiantou que divulgará o relatório até o dia 18 e disse que tende a manter o texto do Executivo sem alterações.

Na avaliação dele, a MP contém os instrumentos necessários para assegurar os principais objetivos de um acordo de leniência: o afastamento dos gestores que praticaram atos de corrupção, a obrigação de ressarcimento ao poder público e a exigência de que passem a adotar mecanismos que obriguem boas práticas empresariais e o cumprimento das leis.

PECs passam por segunda sessão de discussão

Duas propostas de emenda à Constituição (PECs) passaram ontem pela segunda sessão de discussão no Plenário do Senado.

Uma delas foi a chamada PEC dos Precatórios (PEC 159/2015), que trata do pagamento de débitos dos estados e municípios contraídos em função de condenações judiciais.

A proposta define regras para o pagamento e a origem dos recursos, priorizando titulares e herdeiros com mais de 60 anos, doenças graves ou deficiência.

Já a PEC 127/2015 transfere da Justiça estadual para a Justiça Federal a competência para o julgamento de causas decorrentes de acidentes de trabalho nas quais União, autarquia ou empresa pública federal sejam parte interessada. De José Pimentel (PT-CE), a PEC visa agilizar o julgamento de causas previdenciárias. O texto assegura ainda que sociedades de economia mista federal passem a ter o mesmo tratamento.

As duas propostas precisam passar por mais três sessões de discussão antes da votação em primeiro turno no Plenário. São necessários 49 votos para a aprovação. Se aprovadas, serão feitas mais três sessões de discussão antes da votação em segundo turno.

Comissão estuda meios de reduzir número de mulheres presas

A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher estudará, com o Poder Judiciário, maneiras de diminuir a população feminina nos presídios e poderá criar uma subcomissão com esse intuito. A sugestão foi feita pela presidente do colegiado, senadora Simone Tebet (PMDB-MS), durante debate sobre o tema.

Dados de 2014 apresentados pela representante do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Thandara Santos, mostram que o Brasil

tem a quinta maior população de mulheres presas do mundo.

— São 38 mil apenas. Se conseguíssemos reduzir em 8 ou 9 mil mulheres, praticamente resolveríamos o problema de superlotação e poderíamos dar oportunidade para quem sai — disse a senadora.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher no Senado e autora da requisição da audiência, lembrou que um terço das mulheres presas ainda não foram condenadas definitivamente e poderiam

estar em liberdade.

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), houve um crescimento de 517% do número de mulheres presas no país entre 2000 e 2014 (entre os homens foi de 220%). Thandara destacou que 58% dos crimes cometidos por mulheres têm ligação com o tráfico de drogas.

— É claro que esse crescimento alarmante está diretamente atrelado à reformulação da política de drogas, que fundamenta a guerra ao usuário

e ao pequeno traficante e que não desmantela uma estrutura de tráfico violenta e muito maior, internacional.

O relatório apontou ainda que grande parte dos presídios não tem estruturas adequadas para gestantes e mães presas. A situação é pior em estabelecimentos mistos, geralmente sem berçário, creche ou dormitórios adequados para grávidas.

O documento trata ainda da incidência do HIV na população carcerária, que é 60 vezes maior que a do total da

população brasileira. A taxa de mulheres com doenças transmissíveis nas cadeias é de 5%. Delas, 47% têm o HIV.

Para a deputada Erika Kokay (PT-DF), além da violência carcerária, há a violência de gênero. Mulheres presas ainda dão à luz algemadas. Ela citou ainda as revistas íntimas nos presídios, que poderiam ser substituídas por scanners.

A deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) acrescentou a falta de material de higiene, como absorventes.

Renan diz que eleições gerais neste ano podem ajudar a resolver crise

De acordo com presidente do Senado, eleições antecipadas em outubro teriam que ser para todos os cargos eletivos, e não exclusivamente para a Presidência da República

NA AVALIAÇÃO DO presidente do Senado, Renan Calheiros, a realização de novas eleições neste ano é uma boa alternativa para a solução da crise política. Ele ressaltou, no entanto, que as eleições teriam de valer para todos os cargos eletivos, e não só para a Presidência da República.

— Eleição geral é eleição para todo mundo. Só é geral se for para todo mundo. Não podemos descartá-la — afirmou Renan ontem.

O presidente do Senado acrescentou que também deve ser uma alternativa a revisão do sistema de governo, “identificando o que há de melhor no parlamentarismo e no presidencialismo”.

— A antecipação da eleição presidencial é uma outra coisa. A tese da eleição geral que está sendo defendida é uma tese mais ampla e pode significar uma resposta da política ao Brasil, que continua a demonstrar muita ansiedade.

O presidente do Senado também falou sobre a licença do vice-presidente da República, Michel Temer, da presidência do PMDB. Segundo Renan, o senador Romero Jucá (PMDB-RR), que assumiu a presidência, “tem relação com praticamente todos os segmentos do partido e pode fazer esforço pela unificação”.

Gabinete presidencial

Em Plenário, Renan anunciou a decisão de manter a tramitação da MP 717/2016, que dá status de ministro ao chefe do gabinete pessoal do presidente da República. A medida atende o ex-ministro Jaques Wagner, que ocupou o cargo para dar lugar ao ex-presidente Lula na Casa Civil.

A decisão de Renan foi tomada em resposta a Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), que no Plenário pediu a devolução da MP ao Palácio do Planalto alegando que ela não é urgente nem relevante.

Ao manter a tramitação da MP na comissão do Congresso, porém, Renan disse que o momento é inoportuno para a criação de uma pasta, quando a sociedade demanda a contenção de gastos e o governo passa por um ajuste fiscal.

(Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)



Para Renan, ideia de eleições gerais em outubro deste ano não deve ser descartada

Cristovam defende antecipação das eleições presidenciais

O país não aguentará mais o governo de Dilma nem um eventual governo Temer, na opinião de Cristovam Buarque (PPS-DF). Para o senador, ambos terão muitas dificuldades de permanecer na Presidência da República até o fim do mandato. Por isso, ele defendeu a antecipação das eleições. Segundo Cristovam, esgotaram-se os modelos da economia, da assistência social, do controle da inflação e da política que vêm sendo construídos nos últimos 20 anos “e que levam a aberrações da corrupção”.

— O que o povo está querendo, precisando, é um novo modelo. Segundo Cristovam, não basta prender o corrupto, é preciso acabar com a possibilidade de se fazer corrupção. Com relação às cotas sociais e bolsas, ele disse que é preciso emancipar o povo para que não precise mais desses benefícios.

— E por que não uma reforma na Constituição? Desde que a presidente e o vice aceitem, porque senão podem contestar. Tentemos isso e aí fazemos uma eleição para saber quem vai ser o presidente ou o vice — afirmou.

Valadares sugere acordo para não causar constrangimento

A condução da economia nacional está catastrófica, segundo Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O senador declarou-se perplexo diante da incapacidade do governo de conduzir as profundas reformas de que o país precisa.

Para Valadares, o governo da presidente Dilma não consegue mostrar credibilidade, “o que agrava a situação econômica do e realimenta a crise social e política”. Ele citou indicadores econômicos negativos, com ênfase na proposta de ampliação do déficit público.

O senador declarou temer a volta da hiperinflação e da continuidade dos juros altos, prevendo que esses fatores implicarão sacrifícios para o povo e incerteza sobre o futuro. Valadares acredita que o governo poderia celebrar um acordo com as forças políticas do país em torno da realização de novas eleições presidenciais.

— O governo poderia sinalizar, sem dúvida alguma, para uma saída democrática, menos traumática, que pudesse não causar tanto constrangimento a este Congresso — afirmou.

Romero Jucá assume PMDB e critica governo Dilma

O senador Romero Jucá (RR) assumiu ontem a Presidência do PMDB, devido ao licenciamento do titular, o vice-presidente da República, Michel Temer. Em discurso, Jucá fez severas críticas ao governo e garantiu que buscará a unidade do partido no abandono da base de apoio da presidente Dilma Rousseff.

— O governo se superou: conseguiu fazer tudo da pior forma possível. Este um ano e três meses desde a posse se transformou numa eternidade de incompetência — afirmou. Jucá lembrou que 82% dos membros do diretório nacional do PMDB compareceram à reunião da semana passada, na qual se decidiu, por unanimidade, que a legenda deixaria o governo e entregaria os cargos.

— A força do maior partido do Brasil está na unidade e na capilaridade. Os que são hoje minoritários podem ser convencidos a somarem conosco.

Jucá ressaltou que o partido não discutiu o posicionamento sobre o pedido de impeachment da presidente, e que fará isso “no momento apropriado”. Mas antecipou que o PMDB vai se

orientar pela independência.

O novo presidente do PMDB disse que o governo está “fechado” e “fora da realidade” desde que Dilma assumiu o segundo mandato. Ele disse que o partido mostrou disposição para ajudar, mas a condução da economia sempre foi “uma ilha do PT”.

— Não venham cobrar do PMDB a crise econômica. Não pilotamos esse avião. Temer não era copiloto, estava fora da cabine. Éramos comissários de bordo: segurávamos as pessoas e mandávamos apertar os cintos. Jucá lembrou que o PMDB apresentou a Agenda Brasil, que tem acelerado a tramitação de propostas econômicas, e que as lideranças do partido abriram caminho para o ajuste fiscal e mudanças na meta de superávit fiscal de orçamentos anuais.

Segundo o senador, a crise política, que agrava os problemas econômicos, foi uma fabricação do governo, que pretendia “descartar o PMDB”, construindo uma base parlamentar com outros partidos. Jucá fez uma análise da conjuntura e disse entender que a classe política está sendo “chamada às suas res-

ponsabilidades” pela população.

— Se não tivermos a grandeza para entender o momento e a maturidade para resolver essa questão, a população vai virar as costas para a política — disse.

Jucá admitiu que o quadro posterior à conclusão do processo de impeachment, independentemente do resultado, é uma “incógnita”. Ele acusou o governo de fazer articulações, com promessas de cargos, para garantir um placar mínimo contra o impeachment e para vencer deputados indecisos a não comparecerem, esvaziando a votação. Em sua opinião, isso contribui para a instabilidade presente e futura.

— O governo busca votos em troca de ministérios com um cheque pré-datado. Quem pensa que uma estratégia para conseguir 180 votos, alguns escondidos, resolve o problema do país, me desculpe. O problema estará agravado, e o resto de credibilidade irá ao chão e não teremos condição de levar o país adiante — criticou.

Em relação à possibilidade de convocação de novas eleições em 2016, Jucá disse que isso seria uma ruptura das regras e um desrespeito à Constituição.

Ele recebeu apertes de senadores de todos os partidos, para debater a situação. Jucá defendeu o PMDB e Michel Temer.



Em discurso onde foi apertado por vários senadores, Jucá disse que o PMDB vai debater impeachment “no momento apropriado”

Senadores registram divergências após pronunciamento

O discurso de Romero Jucá gerou numerosas intervenções do Plenário ao longo de mais de três horas

» *Temer está há muito tempo articulando freneticamente o impeachment. Se ele acontecer, vamos ter um governo frágil e sem legitimidade.* Lindbergh Farias (PT-RJ)

» *Vossas Excelências [do PMDB] fizeram um registro grande de oportunismo político na página da história brasileira.* Gleisi Hoffmann (PT-PR)

» *Afasta-se agora para voltar depois e abocanhar tudo. Não posso deixar de ver oportunismo político. Grandeza seria o PMDB entregar*

todos os seus cargos. Alvaro Dias (PV-PR)

» *Espero que o PMDB deixe a polémica política de lado e ajude a presidente Dilma.* Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

» *O caminho para a solução da crise é um só: cumprimos a Constituição.* Jorge Viana (PT-AC)

» *Ter novas eleições não foge à regra do jogo. Remete ao titular da soberania, que é o povo brasileiro.* Randolfe Rodrigues (Rede-AP)

» *Quando a gente não sabe o caminho para apontar com clareza ao povo, o melhor que a gente faz é dizer ao povo que escolha o caminho.* Cristovam Buarque (PPS-DF)

» *O processo de impeachment deve continuar e deve seguir o seu curso, sim. Agora, além disso, acho importante que se discutam novas eleições.* Reguffe (sem partido-DF)

» *Se a presidente da República perder o seu mandato, perderá pela suas próprias*

responsabilidades ou irresponsabilidades. Aécio Neves (PSDB-MG)

» *Não podemos mais ficar irresponsavelmente discutindo sem parar e deixar o Brasil à deriva.* Tasso Jereissati (PSDB-CE)

» *É necessária a unidade de todos, para tentarmos buscar o resgate da governabilidade e da condição de crescimento do país.* Ronaldo Caiado (DEM-GO)

» *O PMDB é um partido que foi para as ruas defender a democracia. Não ficará longe do povo brasileiro neste momento de tanta dificuldade por que passa o Brasil.* Eunício Oliveira (PMDB-CE)

» *Michel Temer tomou uma sábia decisão ao se licenciar da presidência do partido.* Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

» *Teremos [Temer] como timoneiro do Brasil uma pessoa ponderada, que vai enfrentar as manifestações contrárias como sempre enfrentou na enorme diversidade do nosso partido.* Marta Suplicy (PMDB-SP)

» *Independente de o que acontecer, não podemos abrir mão das reformas de que este país precisa.* Simone Tebet (PMDB-MS)

» *Aqueles que não aceitaram têm uma alternativa: deixem o PMDB, desfilitem-se, porque 82% do partido decidiu.* Waldemir Moka (PMDB-MS)

Ângela Portela elogia defesa de ministro contra impedimento

A defesa da presidente da República, Dilma Rousseff, feita pelo advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, na comissão especial que analisa o processo de impeachment na Câmara recebeu elogios de Ângela Portela (PT-RR).

A senadora destacou que, de acordo com Cardozo, o crime de responsabilidade deve ser praticado diretamente pela presidente da República para haver o impedimento, o que não teria acontecido. Além disso, acrescentou, exige-se para caracterizar o crime a má-fé da autoridade, o que também não ocorreu, segundo Ângela, no caso das chamadas pedaladas fiscais.

— Foram procedimentos adotados por vários governos, por muitos anos, acolhidos pelos tribunais de contas do Brasil inteiro. Subitamente, muda-se de posição e se quer aplicar uma sanção retroativa — disse a senadora, ao ler trecho da defesa apresentada por Cardozo.

Ângela manifestou preocupação com a radicalização dos debates sobre o impeachment.

Governo vai recuperar base parlamentar, avalia Humberto

Humberto Costa (PT-PE) avaliou em pronunciamento ontem que o impedimento de que o impeachment da presidente Dilma Rousseff está perdendo força. Para ele, a ideia de realização de novas eleições presidenciais é um reconhecimento de que o impedimento sem base legal é uma ruptura do regime democrático e a sucessão de Dilma só será legítima se for feita pelo voto.

O senador acredita que a proposta de encerramento precoce do governo Dilma “cairá no vazio” por falta de respaldo legal e por tentar abreviar um mandato constitucional.

Ele disse estar certo de que o governo vai recompor a base parlamentar, encerrando o impeachment na Câmara, e enfatizou a determinação do governo em superar as dificuldades econômicas do país.

— Essa precisa ser uma obra coletiva. Precisa de um significativo empenho político e social dos mais diversos atores. Estamos todos no mesmo barco e não vamos sair do lugar enquanto estivermos remando em direções opostas — afirmou.

Aloysio desafia Cardozo a pedir a nulidade do processo contra Dilma

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) desafiou o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, a pedir ao STF a nulidade do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Cardozo havia dito na Câmara que o processo é nulo por infringir direitos constitucionais da presidente.

O senador também criticou o argumento de Cardozo para justificar as pedaladas fiscais — o de que outros presidentes fizeram o mesmo. Aloysio ressaltou que as pedaladas ultrapassaram R\$ 40 bilhões e muitas despesas foram feitas em ano eleitoral. Ele disse ainda que mesmo que o impeachment não seja aceito, Dilma não terá condição de governar:

— Que governo fará a presidente Dilma a partir daí? Os senhores conhecem a expressão ‘cachocho que caiu do caminhão em dia de mudança’? Cai e não sabe para onde ir. O que será um governo Dilma, de uma pessoa que não tem ideias claras, não tem autoridade política e se apoiará numa base parlamentar constituída no que existe de mais fisiológico, mais atrasado e reacionário?

Jorge Viana afirma que não aceitará um “presidente sem voto”

A decisão do PMDB de deixar a base de apoio do governo foi criticada por Jorge Viana (PT-AC). Segundo o senador, a medida foi e é perigosa para o país e pode acenar para uma crise política ainda mais grave.

— Se tiver impeachment sem crime de responsabilidade, este país vai para a ilegalidade. Vamos ter um governo ilegítimo. Eu não aceito ter um presidente sem voto e um vice-presidente Eduardo Cunha. Quem vai aceitar? — disse, referindo-se a Michel Temer, vice-presidente da República, e a Cunha, que é o presidente da Câmara dos Deputados.

Apesar da deliberação dos peemedebistas, o senador elogiou a postura do presidente do Senado, Renan Calheiros, que é do PMDB. Para Viana, Renan, como presidente do Congresso, tem procurado ser uma voz equilibrada e independente na condução do Legislativo.

O senador também criticou o setor da imprensa, que, segundo ele, têm insistido em desrespeitar a Constituição. Para Viana, a “biografia de grandes jornalistas está sendo manchada”.

Para José Medeiros, distribuição de cargos deve ser investigada

O senador José Medeiros (PSD-MT) informou ontem que, ao lado de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), entrou com um pedido para que a Procuradoria-Geral da República investigue a distribuição de cargos feita pelo governo federal para arremeter votos contra o impedimento da presidente Dilma Rousseff.

— Foi montado um balcão de negócios. Uma compra de votos — disse Medeiros.

O senador também considerou ilegítimo o fato de o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, ter feito a defesa da presidente Dilma Rousseff na comissão de impeachment da Câmara. Na opinião dele, a presidente deveria ter contratado um advogado particular para defendê-la.

— A presidente Dilma é uma servidora pública, e o advogado-geral da União deveria defender a União — afirmou.

Para o senador, o discurso contra o impeachment é marcado por “meias verdades”. Segundo Medeiros, o governo tem usado argumentos falaciosos na defesa do mandato presidencial.

Vanessa Grazziotin repudia matéria publicada pela IstoÉ

O objetivo da matéria publicada pela revista IstoÉ desta semana, segundo Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), é desqualificar a presidente Dilma Rousseff, chamando-a de descontrolada e comparando-a com a rainha de Portugal Maria, a Louca (1734-1816).

— A revista desrespeita a figura humana, os mais elementares princípios dos direitos humanos. Para a senadora, a reportagem não merece crédito e jamais deveria ter sido publicada, porque não revela fontes e se baseia em ilações. As declarações citadas, disse, foram de supostos assessores, sem que se mencionasse o nome de nenhum.

— A matéria é baseada no disse-me-disse. Procura analisar a presidente da República em situações privadas, dentro do Palácio do Planalto. E, no meu entendimento, extrapola todo o princípio da razão, da razoabilidade. A capa cita ‘as explosões nervosas da presidente’. E segue: ‘em surtos de descontrolo’. Diz que a presidente quebra móveis e que perdeu as condições emocionais e morais para governar — criticou.

Ana Amélia lamenta aumento do índice de desemprego este ano

Tão importante quanto o enfrentamento da crise política, é a busca por saídas para a crise econômica, disse Ana Amélia (PP-RS), ontem em Plenário, ao lamentar o aumento do desemprego.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), feita pelo IBGE, revela que a taxa de desemprego no primeiro trimestre deste ano foi de 9,5%, índice significativamente maior que o registrado no mesmo período no ano passado, que foi de 6,8%. Segundo a senadora, o índice que mede o medo dos brasileiros de perder o emprego em março deste ano foi 4,1% maior que o de dezembro de 2015, conforme pesquisa feita com 2.002 pessoas, em 142 municípios, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Para Ana Amélia, o mais lamentável é que não há qualquer perspectiva de mudança nesse cenário a curto e médio prazos. E isso obriga, disse a senadora, pequenos empresários gaúchos a tomar decisões difíceis, como a de deixar de pagar tributos para não demitir trabalhadores.

Comissão aprova incentivo para o agroextrativismo

Intenção do projeto é favorecer a utilização sustentável dos recursos naturais disponíveis nas propriedades rurais, com o uso de espécies nativas subaproveitadas, sem destruir o meio ambiente

PARA INCENTIVAR A combinação de atividades extrativistas com cultivos agrícolas e criação de animais, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem projeto que inclui na legislação medidas para desenvolver o agroextrativismo. O projeto vai para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Apresentado pelo ex-senador Rodrigo Rollemberg, o PLS 182/2013— Complementar modifica a lei que regulamentou o crédito rural (Lei 4.829/1965) para prever o financiamento da produção e da comercialização de produtos agroextrativistas.

O projeto também altera o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para incluir

os agroextrativistas entre os beneficiários do programa.

O texto prevê ainda a inclusão de atividades agroextrativistas entre as que devem ser incentivadas para a manutenção da biodiversidade, de acordo com o Código Florestal (Lei 12.651/2012).

O autor explica que o desenvolvimento de sistemas agroextrativistas permite a utilização sustentável de recursos naturais disponíveis nas propriedades, com o uso das espécies nativas subaproveitadas ou mesmo desconhecidas.

O agroextrativismo é considerado uma estratégia de diversificação da produção e de geração de renda nas propriedades, sem a destruição do meio ambiente, respeitando-se a capacidade de suporte dos ecossistemas.

O relator, Flexa Ribeiro

(PSDB-PA), lembrou que o desenvolvimento das atividades agroextrativistas é especialmente relevante na Amazônia, onde até 80% da área dos imóveis rurais devem permanecer com mata nativa, formando a reserva legal.

— Isso faz premente a necessidade de incentivo à adoção de técnicas de manejo sustentáveis das florestas, por meio do agroextrativismo ou dos sistemas agroflorestais — frisou o senador.

Ele apresentou uma emenda para excluir áreas improdutivas das passíveis de receber estímulos para implantação de sistemas agroextrativistas, mantendo a possibilidade de incentivos para esses sistemas na recuperação de áreas degradadas ou em processo de desertificação, como previsto no texto.

Senadores vão analisar políticas contra desmatamento da Amazônia

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) acompanhará neste ano a política de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia, conforme requerimento de Otto Alencar (PSD-BA) aprovado ontem.

Apesar da importância do bioma, o governo federal enfrenta dificuldades para conter o desmatamento ilegal na Amazônia, segundo o senador.

— Se os resultados de uma política pública não correspondem às expectativas, um processo de avaliação necessita ser feito para que os rumos sejam retificados, as distorções possam ser corrigidas e os resultados, alcançados ou redimensionados — observou.

Paulo Rocha (PT-PA) concordou que o desmatamento ilegal é um problema grave, mas pediu atenção também para a população local.

— Temos de dar dignidade aos 20 milhões de brasileiros que lá vivem. Sempre se pensou a Amazônia a partir dos grandes projetos agropecuários, madeireiros e de mineração. O pequeno não tem espaço. Não é à toa que a Ilha do Marajó tem o menor IDH [Índice de Desenvolvimento Humano] do Brasil.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também disse não ser possível analisar a situação da Amazônia “apenas pela ótica ambiental” e defendeu a avaliação de programas de desenvolvimento na região.

A CMA aprovou também requerimento para realização de audiências sobre o pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) a municípios do Pará cortados por linhas de transmissão de energia elétrica e sobre o PLS 541/2015, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que restringe o registro e o uso de agrotóxicos.

Renegociação de dívidas agrícolas deve ser votada na semana que vem

A comissão mista que analisa a MP 707/2015, sobre renegociação de dívidas de agricultores nordestinos e caminhoneiros, deve votar na terça-feira o relatório do deputado Marx Beltrão (PMDB-AL) sobre o tema.

Ontem ele apresentou aos parlamentares informações sobre o texto final. O deputado disse que está acolhendo boa parte das mais de 90 emendas apresentadas, além das sugestões oferecidas nas audiências públicas.

— O maior trabalho agora será convencer o governo a atender todas as demandas e não vetar as alterações.

A MP suspende até 31 de dezembro de 2016 o envio das operações de crédito em atraso para a dívida ativa e para cobrança judicial, dando um ano a mais para os agricultores. A Lei 12.844/2013 havia concedido prazo até 31 de dezembro de 2015.

O texto diz que não se trata de perdão das dívidas, mas de prazo extra, considerando a seca que assolou o Nordeste entre 2011 e 2015.

O relator estuda incluir no texto ajuda a produtores afetados pelas enchentes no Sul, à cafeicultura, que tem apresentado endividamento elevado, e ao setor sucroalcooleiro, que teve prejuízos com fechamentos de indústrias.

A MP 707 também amplia até 30 de junho de 2016 o prazo para que o BNDES refinance contratos destinados à compra e arrendamento de caminhões, carretas e sistemas de rastreamento, entre outros. O prazo expirou em 31 de dezembro de 2015 e os caminhoneiros alegam dificuldade por causa da crise econômica. O relator disse que estuda emendas sugerindo mais tempo para renegociação e inclusão dos créditos contratos em 2015.



Segundo Flexa Ribeiro (2º à esq.), medida beneficia a Amazônia, que busca conciliar produção com proteção da mata

Avança irrigação com uso de energia solar

Apoiar a pesquisa para o desenvolvimento de equipamentos de irrigação alimentados por energia solar é o objetivo do projeto aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A proposta segue para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O relator do Projeto de Lei do Senado (PLS) 268/2014, Ro-

naldo Caiado (DEM-GO), considera importante estimular o uso da energia fotovoltaica, tendo em vista “a incidência perene de luz solar no Brasil”.

— O uso da energia solar para fins de irrigação permitirá desonerar a rede convencional de energia elétrica nos horários diurnos de elevação da demanda, o que constitui importante vantagem.

O desenvolvimento de siste-

mas sustentáveis para a irrigação das lavouras está previsto nesse projeto, do ex-senador Fleury, e também no PLS 382/2014, de Wilder Moraes (PP-GO), que tramitam em conjunto. Como são idênticos, Caiado encaminhou voto pela aprovação do primeiro e pela prejudicialidade do segundo, apresentado depois, como determina o Regimento Interno do Senado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Concorrência no setor de energia avança no Senado

Proposta prevendo tarifa com separação de consumo e demanda também para clientes de baixa tensão, como residências e prédios comerciais, foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos

PROPOSTA QUE FAVORECE a implantação da concorrência na comercialização de energia elétrica para clientes de baixa tensão, como residências e prédios comerciais e públicos, foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto (PLS 201/2015) prevê que a tarifa para esses consumidores seja binômica, ou seja, com a separação dos custos de compra da energia elétrica, distribuição,

transmissão e perdas. A fatura deverá discriminar as tarifas de consumo e de demanda de potência.

Hoje apenas os clientes de alta e média tensão (superior a 2.300 volts) têm a tarifação binômica, com a separação de consumo (kWh) e demanda (kW).

O projeto também permite a diferenciação de tarifas por horário de consumo.

A proposta retira da Eletronbras a gestão da Conta de

Desenvolvimento Energético (CDE), que passa a ser movimentada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Para o relator, Walter Pinheiro (sem partido-BA), a medida “mitiga risco de conflito de interesse, já que a estatal é também beneficiária da CDE”.

O projeto, proposto pelo senador Hélio José (PMDB-DF), segue agora para decisão final da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Marcos Oliveira/Agência Senado



Gleisi Hoffmann preside reunião da Comissão de Assuntos Econômicos que aprovou projeto sobre diferenciação de tarifa

Projeto desburocratiza mercado de flores

O produtor de flores e plantas ornamentais que desenvolver, por exemplo, uma nova cor de azaleia, violeta ou orquídea pode ser liberado da inscrição do produto no Registro Nacional de Cultivares (RNC). A medida está prevista em projeto (PLC 88/2014) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto segue para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O texto modifica a Lei 10.711/2003, que regulamentou o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças, para desobrigar do RNC as cultivares de plantas e flores ornamentais de domínio

público. No entanto, mantém a exigência de inscrição para plantas com direito de patente.

Uma cultivar resulta da modificação em uma variedade de planta que a torna diferente na cor, porte ou outra característica. No seu desenvolvimento, não ocorre alteração genética, mas uma nova combinação do próprio material genético.

O relator na CAE, Ronaldo Caiado (DEM-GO), observa que a legislação já desobriga de inscrição no RNC cultivares locais ou crioulas de milho, feijão, arroz e outras plantas tradicionais de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e indígenas.

O projeto em exame na CAE, afirma o relator, atende reivindicação dos produtores de plantas ornamentais, setor pressionado por tendências de mercado em termos de novas colorações e formatos de plantas, com um dinamismo incompatível com a lentidão do processo de registro.

Para o autor do projeto, o ex-deputado Junji Abe, o valor comercial de plantas ornamentais oscila de acordo com essas tendências de mercado, sendo, portanto, inadequado equiparar o setor às mesmas exigências de registro a que estão submetidos os cultivos agrícolas comerciais.

São Bernardo do Campo poderá pedir crédito de US\$ 59 milhões

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem autorização para São Bernardo do Campo (SP) contratar empréstimo de US\$ 59 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do programa de fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) do município.

O relator, José Pimentel (PT-CE), deu parecer favorável à operação. O senador cita informações da Secretaria do Tesouro Nacional de que o município da Região

Metropolitana de São Paulo possui capacidade de pagamento suficiente para fazer frente à totalidade dos encargos da dívida.

Segundo o relator, São Bernardo do Campo tem situação fiscal forte, o que torna baixo o risco do crédito.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) votou contra a mensagem, por considerar que ela não obedece à Resolução Senado Federal 43/2001.

A proposta segue para votação no Plenário, com pedido de urgência aprovado pela comissão.

Ferraço cobra devolução de pedidos sobre empréstimos

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) pediu à presidente da CAE, Gleisi Hoffmann (PT-PR), que devolva ao Ministério da Fazenda todos os pedidos de autorização para contratação de operações de crédito cuja documentação esteja em desacordo com Resolução do Senado Federal 43/2001. A senadora prometeu analisar a questão e dar uma resposta na próxima reunião da CAE.

O questionamento de Ferraço começou na análise da autorização para São Bernardo do Campo contratar empréstimo de US\$ 59 milhões com o BID. O senador disse que a verificação dos limites de endividamento pela Secretaria do Tesouro Nacional perdeu validade em 22 de fevereiro de 2016.

Segundo Ferraço, a situação financeira dos entes envolvidos em operações desse tipo é dinâmica e pode alterar-se significativamente ao longo do tempo.

— Sobretudo numa quadra e numa conjuntura como essa em que os estados e municípios, assim como a União, estão vivendo um ambiente de absoluta deterioração dos indicadores

não apenas econômicos, mas também financeiros — argumentou.

Mesmo com a observação, o empréstimo foi aprovado pela CAE.

Proposta de reabertura de prazo para o Paraná contratar empréstimo de US\$ 67,2 milhões com o BID também foi criticada por Ferraço. O prazo inicial, autorizado pela Resolução 22/2014, venceu em fevereiro de 2016, sem que o estado tenha feito a operação. Mais 540 dias de prazo são previstos em projeto (PRS 13/2016) de Alvaro Dias (PV-PR) que estava na pauta de ontem.

Ferraço observou que, na época em que o empréstimo foi autorizado pelo Senado, o Paraná recebeu classificação C+, indicativo de que o estado não teria condições de honrar o compromisso. Somente devido à excepcionalidade dada pelo então ministro da Fazenda, Guido Mantega, a autorização foi acolhida. O projeto de resolução deve voltar à pauta da CAE na próxima terça-feira, com mais quatro pedidos de autorização de empréstimos, três para o Piauí e um para o Ceará.

Regulamentação dos Jogos Olímpicos do Rio vai para Plenário

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o projeto do Poder Executivo sobre a organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos deste ano no Rio de Janeiro. O relatório, aprovado com três emendas, foi o do presidente do colegiado, Romário (PSB-RJ). A proposta (PLC 2/2016) segue para o Plenário, com urgência.

De acordo com a mensagem da presidente Dilma Rousseff, as medidas efetivam os

compromissos assumidos com o Comitê Olímpico Internacional (COI) e o Comitê Paralímpico Internacional. O governo esclarece que muitos dos dispositivos se baseiam na Lei Geral da Copa, de 2014.

O projeto trata do acesso a locais de competição e da captação de imagens para radiodifusão, além de reconhecer a necessidade de disponibilizar aos veículos de comunicação não detentores dos direitos de transmissão meios razoáveis

para a cobertura jornalística, mas sem uso de vantagem comercial indevida. Uma das emendas de Romário regulamenta a exibição dos flagrantes de “melhores momentos”.

Ingressos

A proposta também trata da venda de ingressos. Dispõe sobre descontos para estudantes e idosos, assentos para pessoas com deficiência e o direito de arrependimento por parte do consumidor. Outra emenda

determina as entidades executoras de carteiras estudantis que serão aceitas.

A terceira emenda de Romário disponibiliza no mínimo 4% de assentos para pessoas com deficiência e 2% para pessoas com mobilidade reduzida, para todas as categorias de preço.

A proposta também prevê medidas de segurança para o público e os atletas e para impedir manifestações racistas, xenófobas ou discriminatórias.

Ainda disciplina o trabalho voluntário nos Jogos.

Reservas naturais

A CE também aprovou o PLC 64/2015, relatado por Otto Alencar (PSD-BA), que institui 31 de janeiro como o Dia Nacional das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e o PLS 339/2015, de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), que denomina Adutora Ariano Suassuna o Sistema Adutor do Pajeú, entre Pernambuco e Paraíba.

Debate põe em dúvida testes da pílula do câncer

Pesquisadores que trabalham com a fosfoetanolamina criticaram a metodologia usada nos exames, que não comprovaram eficácia do remédio. Governo recomenda cautela

PESQUISADORES QUE DESENVOLVERAM e trabalham com a fosfoetanolamina sintética, substância utilizada na “pílula do câncer”, apontaram possíveis falhas na metodologia das análises clínicas do governo. A crítica foi feita ontem em audiência conjunta das Comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Direitos Humanos (CDH).

Os primeiros testes, a cargo dos Ministérios da Saúde e da Ciência, Tecnologia e Inovação, mostraram que o conteúdo das cápsulas não é puro e que não tem eficácia comprovada contra células cancerígenas. Os testes foram feitos in vitro, em meio artificial. A fase de teste em animais vivos já foi iniciada, mas ainda não apresentou resultados.

O pesquisador Gilberto Chierice, que desenvolveu a fosfoetanolamina sintética na Universidade de São Paulo (USP), disse que a fórmula e o procedimento usados nos testes estavam errados.

— Desafio a provar que não funciona. Não vem com historinha de montar dados clínicos. Fizeram uma síntese que não é a nossa — apontou Chierice.

Doutor em biotecnologia, Marcos Vinícius de Almeida, que é um dos detentores da patente da substância, também questionou a metodologia.

— O que eu vejo é uma tentativa de achar onde a fosfoetanolamina não funciona, e não as evidências de funcionamento.

Almeida condenou a liberação da substância como suplemento alimentar, defendida pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Celso Pansera:

— Suplemento não tem avaliação terapêutica. A fosfoetanolamina tem que ser estudada clinicamente para sabermos se ela cura tumores e quais tipos. Acho que não cura todos os tipos. Não é um composto milagroso.

Durvanei Maria, do Instituto Butantã, também apontou inconsistências nos testes.

— Os experimentos não chegaram na mesma curva de concentração que eu utilizei. Então não consigo avaliar se um produto é efetivo ou não.

Primeiros resultados

Segundo Jailson Bittencourt, do Ministério da Ciência e Tecnologia, o resultado dos primeiros relatórios de pesquisa mostrou que as cápsulas têm concentração de fosfoetanolamina menor do que o esperado e que somente um dos componentes da fórmula — a monoetanolamina — mostrou capacidade de destruir células tumorais e inibir seu crescimento, ainda que com menos eficácia que outras terapias.



Participante do debate, Durvanei Maria, do Instituto Butantã, aponta inconsistência nos resultados dos exames clínicos

— Mas os testes estão em andamento e levará um bom tempo para que tenhamos resultados conclusivos — disse.

A fosfoetanolamina foi testada em humanos, mas não oficialmente, e não tem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Foi distribuída gratuitamente por 20 anos pela USP de São Carlos a pacientes com câncer. Pessoas submetidas ao tratamento disseram ter melhorado.

A gerente de toxicologia da Anvisa, Meiruze Freitas, disse que os proprietários da patente não apresentaram pedido de registro e que não existe proibição à fabricação de fosfoetanolamina, desde que seja submetida aos testes.

— A Anvisa não concede

registro sem que o interessado solicite e cumpra os requisitos.

Chierice explicou que não entrou com o pedido porque encontrou dificuldades burocráticas e teve medo de perder o direito sobre o produto.

Para a coordenadora de Pesquisa do Instituto Nacional de Câncer (Inca), Marisa Breitenbach, o desenvolvimento da droga deve seguir os procedimentos científicos em andamento e aguardar a liberação pela Anvisa. Ela diz que “é hora de deixar a vaidade de lado” e trabalhar em conjunto.

— É momento de agregar conhecimento, experiência. O assunto é sério e a gente precisa se despir da vaidade científica de que “meu dado é o melhor”.

Ivo Cassol (PP-RO) relatou

casos de pacientes em que o câncer teria regredido após o uso da pílula. O senador defendeu a sanção do PLC 3/2016, aprovado pelo Senado, que permite o uso mesmo antes do registro na Anvisa.

— Estou convivendo com muitos pacientes que estão fazendo uso da “fosfo” e o resultado é extraordinário — disse.

Mas Pedro Prata, do Ministério da Saúde, recomendou que as pessoas não usem o composto até que todas as etapas de pesquisa sejam concluídas.

— Há relatos de pacientes que se sentem melhor. Mas temos também relatos de pacientes que apresentaram metástase por terem substituído uma terapia convencional por essa terapia alternativa.

Despesa com ensino pode incluir novas ações

Projeto que permite a computação das despesas com atividades curriculares complementares voltadas ao aprendizado de alunos ou à formação continuada dos profissionais da educação como de “manutenção e desenvolvimento do ensino” foi aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Os senadores aprovaram o relatório de Simone Tebet (PMDB-MS) com uma emenda ao PLC 162/2015, da deputada Professora Dorinha Seabra (DEM-TO). A proposta segue para análise do Plenário.

O texto original abria a possibilidade do câmputo dessas despesas em atividades relacionadas a exposições, feiras ou mostras de ciências, mas Simone achou necessário ampliar o alcance da iniciativa.

— Temos também a orga-

nização de atos cívicos, apresentações teatrais, musicais ou artes plásticas, palestras de visitantes, torneios esportivos e culturais, visitas a museus, bibliotecas, cinemas e a outras instituições — argumentou.

Advogado

Também foram aprovadas duas propostas do deputado

Orlando Silva (PCdoB-SP), a primeira incluindo o nome do advogado Luiz Gama no *Livro dos Heróis da Pátria* e a outra declarando-o Patrono da Abolição no Brasil (PLC 220/2015 e PLC 221/2015).

Ambas foram relatadas por Paulo Paim (PT-RS), que lembrou a trajetória do chamado “advogado dos escravos”.



Relatora, Simone Tebet, ampliou a lista de atividades consideradas como de ensino

Comissão aprova residência para professores da educação básica

A formação docente para a educação básica incluirá a residência (de 1,6 mil horas, divididas em dois períodos com duração mínima de 800 horas) como uma etapa extra à formação inicial, segundo projeto aprovado ontem em decisão final na Comissão de Educação. O texto (PLS 6/2014), de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), segue para a Câmara.

Pela proposta, a residência docente será desenvolvida por meio de parcerias entre os sistemas de ensino e as instituições de ensino superior formadoras de professores.

Os sistemas de ensino deverão ofertar, até 2024, a residência para licenciados em número igual ou superior a 4% do quadro docente em atividade, devendo garantir até 2017 vagas em número corres-

pondente ao mínimo de 0,5%.

Pelo texto, a residência deverá ser ofertada para licenciados com até três anos de conclusão dos cursos de licenciatura e será coordenada por docentes das instituições formadoras e supervisionada por professores do estabelecimento de ensino em que seja desenvolvida.

Os residentes, coordenadores e supervisores receberão bolsas custeadas com recursos da União, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Ao final dos dois períodos de residência, será emitido o Certificado de Especialista em Docência da Educação Básica, equivalente ao título de pós-graduação lato sensu para fins de enquadramento em planos de carreira.

Proibição de cobrança de taxa extra para aluno com deficiência vai à Câmara

Projeto aprovado ontem na Comissão de Educação (CE) determina que as escolas públicas ou particulares deverão matricular alunos com deficiência, independentemente da condição física, sensorial ou intelectual que apresentem, sem a cobrança de taxa extra.

De autoria de Romário (PSB-RJ), o texto (PLS 45/2015) estabelece que os alunos cobrados em quantia indevida terão direito a receber valor em dobro, com correção monetária e juros.

As escolas já deverão elaborar a planilha com os custos da manutenção e

desenvolvimento do ensino e o custo do financiamento de serviços e recursos da educação especial do aluno. As instituições também deverão garantir a educação inclusiva no projeto político-pedagógico, fazendo as adaptações necessárias para atender as necessi-

dades dos alunos e especificando a flexibilização curricular, as metodologias de ensino, os recursos didáticos e os processos avaliativos diferenciados.

O texto recebeu quatro emendas do relator, Paulo Paim (PT-RS), e segue para a Câmara dos Deputados.